

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

25.^a Reunião
(2 de março de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (Emídio Guerreiro) declarou aberta a reunião às 17 horas e 42 minutos.

Após terem apresentado cumprimentos ao novo Presidente da Comissão, os Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Hugo Lopes Soares (PSD), João Paulo Correia (PS) e Moisés Ferreira (BE) usaram da palavra relativamente aos requerimentos apresentados pelo CDS-PP e pelo PSD, solicitando documentação ao Ministério das Finanças e ao Dr. António Domingues.

A Comissão deliberou distribuir a documentação solicitada apenas aos membros da Comissão e seus assessores e prosseguir com as audições já aprovadas.

O Presidente encerrou a reunião às 18 horas e 34 minutos.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Boa tarde, Srs. Deputados.
Vamos dar início à reunião.

Eram 17 horas e 42 minutos.

Queria saudá-los nesta primeira reunião a que me cabe presidir e dar garantias de que tudo farei para que os trabalhos decorram da melhor forma, a bem de todos nós, dos trabalhos parlamentares e de quem nos está a acompanhar.

A ordem de trabalhos foi distribuída, é conhecida de todos, e tem como primeiro ponto a apreciação de requerimentos.

Recordo que se trata de dois requerimentos: um mais antigo, do CDS, onde se solicita ao Ministério das Finanças e ao Dr. António Domingues o envio de um conjunto de documentação, nomeadamente a correspondência e documentação trocada designadamente por correio eletrónico entre eles, após a reunião de 20 de março de 2016, e que esteja, de alguma forma, relacionada com as condições colocadas para a aceitação dos convites para a nova Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Sr. Deputado João Almeida, quer fazer a apresentação do requerimento?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, antes de mais, como é a primeira vez que me dirijo a V. Ex.^a nessas funções, quero cumprimentá-lo e desejar que o exercício das mesmas decorra da melhor forma possível. Estou certo de que assim será.

A apresentação do requerimento já foi feita em reunião anterior e relembro que a posição do CDS é que este requerimento não deve ser sujeito a votação, que deve ser simplesmente aceite e que devem ser tomadas as

diligências inerentes. Mas foi levantado um incidente por outros grupos parlamentares e foi por isso que este requerimento ficou pendente.

O Sr. **Presidente**: — Penso que um dos incidentes foi exatamente levantado pelo Partido Comunista Português.

O Sr. Deputado Paulo Sá já se inscreveu, pelo que lhe dou a palavra.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, começo por apresentar os cumprimentos ao Sr. Presidente e dizer o que o Sr. Deputado João Almeida já disse: o requerimento já foi apresentado e creio que foi a pedido do Grupo Parlamentar do PCP que ele ficou pendente para discussão nesta reunião.

Já o analisámos e o requerimento é idêntico a um anteriormente apresentado pelo CDS, só que agora é potestativo. Entendemos que não faz sentido encaminhar um requerimento a pedir documentação que já tinha sido pedida e que já está na posse da Comissão. O que o que há a fazer neste momento é disponibilizar aos membros da Comissão a documentação que foi recebida no seguimento do envio do requerimento que antecedeu este e que tinha o mesmo conteúdo.

Nesse sentido, como a documentação foi, num primeiro momento, distribuída, recebida e, depois, recolhida, ficando na posse da Comissão, entendemos que o que se deve fazer é, tendo em conta o seu conteúdo, disponibilizá-la novamente aos Deputados desta Comissão, para que a possam consultar.

Como sabem, a documentação foi distribuída aos Coordenadores dos grupos parlamentares, foi lida e o conteúdo, que, basicamente, é conhecido de todos os grupos parlamentares, contém matéria sensível relativamente a questões internas da Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente ao seu plano de negócios, pelo que entendemos que não deve ser tornada pública mas

apenas tornada acessível a todos os membros desta Comissão e, eventualmente, também a um assessor de cada grupo parlamentar.

Entendemos que deve ser colocada à disposição pelos métodos habituais que poderão ser operacionalizados pelo Sr. Presidente, nomeadamente colocando-a numa sala à disposição para que a documentação possa ser consultada mas não reproduzida — fotocopiada, filmada, fotografada, etc. —, de forma a todos os Coordenadores ou Deputados dos grupos parlamentares poderem aceder, consultar, analisar e refletir sobre esta informação. Lembro que, sendo sensível, esta informação não poderá ser tornada pública porque isso poderia prejudicar a Caixa Geral de Depósitos relativamente a outros bancos.

É isto, Sr. Presidente, que me cumpre dizer relativamente à apreciação que fizemos deste requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Se bem percebi, o Sr. Deputado está a fazer uma contraproposta ao requerimento.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não, Sr. Presidente, não fiz contraproposta nenhuma.

Se calhar não fui claro, mas repito: o CDS tinha apresentado um requerimento exatamente igual a este. Foi-lhe dado o seguimento que todos conhecem e não vale a pena fazer o historial. Chega agora o mesmo requerimento, mas potestativo. Sendo potestativo não é colocado à votação, portanto, é assumido nas suas consequências.

Como se pediu a informação — numa primeira vez, aliás, não houve resposta e insistiu-se — e já chegou a documentação, que está na posse da Comissão, entendemos que não faz sentido enviar novamente o requerimento a pedir a informação que foi enviada antes.

Portanto, a informação já está disponível, ou seja, temos condições para dar seguimento e concretização ao requerimento potestativo do CDS neste momento. Como? Com os cuidados que acabei de referir: sendo informação sensível, deve ser colocada à disposição de todos os Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito e, eventualmente, se se entender — até porque tem sido prática também noutras comissões —, pode permitir-se que assessores dos grupos parlamentares acedam a ela, mas, tendo em conta a sensibilidade do material, não se poderá reproduzir, nem tornar pública. Deve permitir-se apenas a sua consulta, análise e reflexão pelos diferentes Deputados dos grupos parlamentares.

Em suma, o que estou referir não é uma contraproposta, mas a concretização deste requerimento desta forma.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares tinha pedido a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a minha primeira palavra é para saudar o Sr. Deputado Emídio Guerreiro nas suas novas funções de Presidente desta Comissão de Inquérito e desejar-lhe as maiores felicidades, certos que estamos — e também por isso o indicámos — de que desempenhará as suas funções com a total imparcialidade, exigência e responsabilidade que as mesmas obrigam, na esteira, de resto, do que foi feito pelo anterior Presidente, Sr. Deputado José de Matos Correia.

Relativamente à questão em apreço, quero dizer apenas duas coisas. A primeira é que, tratando-se de um requerimento potestativo, de facto, não tem de ser votado, tem de ser admitido e tem de se lhe dar seguimento. Mas tendo a concordar com a posição do Sr. Deputado Paulo Sá.

De facto, o que o Sr. Deputado Paulo Sá solicita é que se dê andamento ao requerimento, uma vez que há até uma questão de inutilidade superveniente voltando a pedir-se documentação que já cá está.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD queria, de forma muito franca, saudar efusivamente a evolução do pensamento do Partido Comunista Português. Creio que ela não foi por ter havido uma alteração dos Deputados — porque quem costuma cá estar, e com muito respeito nosso e consideração, como sabe, é o Sr. Deputado Miguel Tiago —, mas não deixo de sublinhar, anotar, apontar e saudar efusivamente o facto de o Partido Comunista Português permitir hoje aos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD terem consciência dos documentos que foram enviados pelo Dr. António Domingues. É um grande sinal de respeito por todos os Deputados desta Comissão e, por isso, queria aqui sublinhar a evolução do pensamento do Partido Comunista Português.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, o senhor tinha pedido a palavra, mas como o Sr. Deputado João Paulo Correia pediu para intervir, acho que faz mais sentido ouvir primeiro o Partido Socialista.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito também para desejar-lhe um excelente desempenho na condução dos trabalhos.

No que respeita à proposta do PCP, também concordamos com ela, uma vez que a documentação solicitada ao Dr. António Domingues já está em posse da Comissão de Inquérito. Sobre essa documentação ficou decidido que iria ficar acessível, como ficou, aos Coordenadores desta Comissão e ao Sr. Presidente, obviamente, e, do nosso ponto de vista, é inútil estar a endereçar ao mesmo destinatário um pedido de documentação que já remeteu à Comissão de Inquérito.

Recordo que este requerimento tem carácter potestativo, já foi aprovado nesta Comissão de Inquérito e não me recordo que tenha merecido grande oposição na altura do debate, a não ser por parte do Grupo Parlamentar do PS que manifestou alguma discordância em relação ao mesmo, como já o disse aqui por duas vezes e pode ser consultado em ata.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, não se importa que o Sr. Deputado Moisés Ferreira fale antes de si, para ouvirmos o Bloco de Esquerda?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente. Permita-me também cumprimentá-lo de forma especial, nestas suas novas funções, e dizer que, efetivamente, a Comissão já tem esta documentação em sua posse e, portanto, é extemporâneo estarmos a discutir um requerimento para pedir documentação que já cá está. Provavelmente podemos já passar para outra fase, se é considerada assim fundamental, que é discutir a forma de acesso a essa documentação.

Quero lembrar que esta documentação chegou pela primeira vez a esta Comissão porque os requerimentos foram tratados com deferimento tácito. Não faz sentido estar outra vez a pedir aos mesmos intervenientes, às mesmas pessoas, para enviarem documentação que já enviaram, que sabem que já cá está e que já esteve nos jornais, inclusivamente. Portanto, seria até pouco séria esta forma de tratamento.

Se a documentação está cá, creio que a única coisa que há para discutir é a forma de acesso a essa documentação.

Como já aqui foi discutido e todos nós sabemos, os Coordenadores dos grupos parlamentares tiveram acesso a essa documentação em papel, puderam consultá-la e estudá-la. O Bloco de Esquerda e eu, em particular, também, e consideramos que existe matéria muito sensível nessa documentação e que, portanto, a forma de acesso à mesma deve acautelar essa informação muito sensível.

A proposta de a documentação estar disponível numa sala onde as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e alguns assessores indicados pelos grupos parlamentares possam aceder à mesma mas sem a reproduzir, parece-me uma boa proposta. Parece-me que será a proposta que esta Comissão pode seguir e que melhor salvaguarda a sensibilidade da informação em causa.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito obrigado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, registo a posição dos diferentes grupos parlamentares e a possibilidade que a Comissão tem de cumprir um requerimento potestativo. Essa é a ordem natural das coisas e acho que assim se concretiza a missão desta Comissão.

Relativamente à questão entretanto levantada, sobre o tratamento dos documentos, não temos nada a obstar à definição de uma metodologia nos termos ou próxima dos termos que o Sr. Deputado Paulo Sá propôs. A única questão que, para nós, é um limite é que não pode haver Deputados de primeira e de segunda numa comissão de inquérito. Portanto, quanto ao cuidado no tratamento dos documentos, à reserva, à guarda dos documentos e todas essas cautelas, manifestamos total abertura; quanto a haver

Deputados que a possam consultar e outros que não possam, isso não me parece que possa ter enquadramento na Lei dos Inquéritos Parlamentares.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não foi o que eu disse!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não foi o que o Sr. Deputado Paulo Sá disse. Eu é que disse, só para antecipar o debate, que, do nosso ponto de vista, é o único limite.

Até aqui, só os Coordenadores é que tiveram contacto com esses documentos, mas, mesmo quanto ao acesso material, se tiver havido alguma iniciativa no passado, isto é, tudo o que seja procedimento já feito noutras comissões de inquérito que permita um tratamento igual de todos os Deputados da Comissão de Inquérito, achamos que o requerimento se concretiza, independentemente das medidas e dos cuidados que venham a ser tomados.

O Sr. **Presidente**: — Para terminarmos este debate, há ainda uma inscrição, do Sr. Deputado Hugo Soares.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, não queria ser ingrato com ninguém e, portanto, queria saudar, também da mesma forma efusiva, a alteração de postura do Sr. Deputado Moisés Ferreira.

Quero ser muito franco: para quem assistiu à última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito — e quem assistiu fomos todos nós e os portugueses que, de uma forma ou de outra, acompanharam os trabalhos — e viu o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda impedirem os Deputados da Comissão de Inquérito de ter acesso a essa documentação, e vê que, hoje, ao serem colocados perante a mesma circunstância, permitem

que os Deputados tenham acesso à documentação, penso que isso, de facto, é algo que preconiza duas coisas: uma, que a sua presidência começa bem, Sr. Presidente, e outra, que, sobretudo, augura coisas boas para esta Comissão de Inquérito e para a outra que também já foi constituída.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Srs. Deputados. Penso que podemos encerrar este debate. Se concordarem, eu, com os demais membros da Mesa, estabeleceremos uma metodologia de acesso a esta documentação que partilharemos amanhã com os restantes Coordenadores.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O objetivo é que seja disponibilizada para todos os Deputados?

O Sr. **Presidente**: — Sim, para ser disponibilizada para todos os Deputados.

Estou a referir-me só à forma de acesso que possamos, de alguma forma, desenhar, para permitir que todos os Deputados desta Comissão possam aceder à documentação, salvaguardando o que for informação classificada e sensível, como foi caracterizada aqui.

Temos uma boa base que foi sugerida quer pelo Deputado Paulo Sá, quer pelo Deputado Moisés Ferreira e que podia servir para fazermos um modelo que, de alguma forma, facilitasse a vida a todos.

Os Srs. Deputados João Almeida e Paulo Sá pretendem usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Muito brevemente, Sr. Presidente, queria deixar bem claro que, na minha intervenção inicial, propus que a documentação fosse acessível a todos os Deputados da Comissão e,

eventualmente, a um assessor indicado pela Comissão — para que não restem dúvidas.

Reitero a necessidade de apenas se operacionalizar isso, o que poderá ser feito entre o Sr. Presidente e os Coordenadores de forma que, aliás, não é inovadora, porque noutras comissões de inquérito já tivemos estas questões. Portanto, isso pode ser decidido posteriormente com o Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito rapidamente, pedia que a decisão sobre a metodologia fosse subscrita por todos e fôssemos solidários relativamente à que venha a ser aprovada. Pedia que fosse uma decisão da Mesa e dos Coordenadores, porque há dois grupos parlamentares que não estão representados na Mesa, e pedia que fossem também solidários nessa decisão para depois não haver qualquer reclamação sobre a mesma.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado, bem lembrado.
Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, também muito rapidamente, queria anuir a todas as sugestões que foram dadas.

Evidentemente, a partir do momento em que este requerimento for aceite, os documentos serão distribuídos ou de acesso a todos os Srs. Deputados. Queria lembrar apenas que eles devem fazer parte do espólio desta Comissão, devem ser consultados e compulsados pelo Sr. Deputado relator e as suas informações, o que neles constar, deve constar também das conclusões do relatório.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, para fechar o debate, perguntava aos Srs. Coordenadores e aos restantes membros da Mesa, não estando aqui o Sr. Deputado Miguel Tiago, se amanhã, às 11 horas, nos podíamos reunir rapidamente para fechar este processo.

Sr. Deputado Paulo Sá, faça favor.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, não haveria condições para nos encontrarmos hoje mesmo, depois desta reunião?

Penso que esta questão não será polémica, é uma operacionalização de uma consulta de documentos que não é inovadora, que já foi feita em inúmeras comissões. O Sr. Presidente, os membros da Mesa e os Coordenadores, em 5 minutos, depois desta reunião, podiam definir essas questões. Portanto, se não houver objeção de nenhum grupo parlamentar, podíamos já tratar disso no final desta reunião. Se houver objeções, terá de se marcar outra hora, obviamente.

O Sr. **Presidente**: — Então, concordando com a proposta do Deputado Paulo Sá, no final da reunião, ficamos aqui para definirmos isto.

Resolvida parte do primeiro ponto da ordem de trabalhos, ainda temos de discutir um segundo requerimento subscrito pelo PSD e pelo CDS no sentido da suspensão dos trabalhos enquanto o conjunto de documentos que foram solicitados não são entregues.

Queria só dar nota à Comissão, sem querer interferir no debate, que, com base no levantamento que foi feito, este meio já foi utilizado quer na VI, quer na X Comissões de Inquérito a Camarate, nas Comissões de Inquérito às PPP, parcerias público-privadas, e também na Comissão de Inquérito ao BES, onde, por força da falta de documentação, foi deliberado, ao tempo, suspender os trabalhos até chegar a documentação.

Como sabem, o Tribunal da Relação já se pronunciou duas vezes sobre esta matéria e há, também, recursos pendentes relativamente a essas decisões. Este é o pano de fundo.

Tem a palavra, para intervir, o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o requerimento que o PSD e o CDS apresentaram obedece precisamente a uma lógica para que os trabalhos da Comissão possam, no fundo, prosseguir com mais substância, nesta fase de maior detalhe, e com maior profundidade, assim que, evidentemente, nos sejam fornecidos os documentos que todos os grupos parlamentares pediram, que, sobretudo, motivaram o recurso desta Comissão de Inquérito ao Tribunal da Relação da Lisboa, que nos deu razão. Como sabem, esse Tribunal tem produzido decisões judiciais favoráveis à Comissão de Inquérito e às pretensões das Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, numa altura em que os portugueses olham para esta Comissão de Inquérito e se perguntam por que é que a Caixa Geral de Depósitos precisa de cerca de 5000 milhões de euros de injeção de capital, de capitalização, seja de que forma for e com os instrumentos que possam ser utilizados e que o Governo já anunciou, creio que o que é importante é apurar, de facto, como é que chegamos a essa circunstância. E sem os documentos que a Comissão de Inquérito solicitou é praticamente impossível atingirmos esse desiderato.

Lembrava que a VI Comissão de Inquérito a Camarate, em 1996, suspendeu os trabalhos à espera da documentação. A Comissão de Inquérito sobre as PPP, criada a 24 de abril de 2012, suspendeu os trabalhos entre 13 de julho e 18 de setembro. A Comissão de Inquérito ao BES, criada a 1 de outubro, suspendeu os trabalhos a 23 de dezembro à espera de documentos.

A X Comissão de Inquérito a Camarate suspendeu os trabalhos à espera de documentos.

Portanto, esta tem sido a prática recorrente das Comissões Parlamentares de Inquérito. Parece-me ser uma prática muito saudável, mas, sobretudo, a única que permite aos Srs. Deputados fazerem o seu trabalho em condições.

Creio que não há aqui nada de novo. Isto não é nada de extraordinário e não me parece, sequer, que este requerimento possa vir a ter a oposição ou a resistência de qualquer grupo parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Hugo Soares falou em nome do Grupo Parlamentar do PSD e tentou falar em nome dos outros grupos parlamentares.

Neste caso concreto, a nossa posição não é diferente daquela que temos assumido ao longo dos trabalhos desta Comissão de Inquérito. Não somos nós que, de maré, queremos continuar com os trabalhos, de maré, queremos interrompê-los, de maré, queremos ficar na Comissão de Inquérito, de maré, queremos sair da Comissão de Inquérito! Temos pautado a nossa presença e a nossa participação nesta Comissão de Inquérito com total coerência.

Deste ponto de vista, quero recordar que, na altura do recurso ao Tribunal da Relação, o Grupo Parlamentar do PS se absteve, porque não pôde, e presentemente também não pode, ignorar a circunstância de que a disponibilização da documentação solicitada às quatro entidades, Ministério das Finanças, Caixa Geral de Depósitos, Banco de Portugal e CMVM, acerca da vida comercial da Caixa Geral de Depósitos irá ser tornada pública, como tem sido toda a documentação que tem tramitado nesta Comissão de

Inquérito — não tenhamos ilusões quanto a isso. E quando o for, e estamos a falar de informação crucial sobre a vida da Caixa Geral de Depósitos, de informação comercial de valor relevante e da primeira vez que algo deste tipo acontecerá sobre um banco que está em atividade e que é o maior banco português, isso irá afetar o nosso sistema financeiro, bancário e, obviamente, destruir valor económico na Caixa Geral de Depósitos.

Foi e é essa circunstância que nos impediu de votar favoravelmente o recurso ao Tribunal da Relação, porque temos consciência da realidade que vai provocar a disponibilização dessa informação comercial sobre a vida da Caixa Geral de Depósitos.

Para além da defesa da nossa posição, quanto ao recurso ao Tribunal da Relação e sobre a exposição pública da vida comercial da Caixa Geral de Depósitos, temos dito também que, para nós, é crucial que esta Comissão de Inquérito que, no dia 26 de março, faz 180 dias de trabalho — embora já dure há bem mais tempo, porque foi interrompida durante os trabalhos do Orçamento do Estado para 2017 —, não interrompa os trabalhos para darmos continuidade às audições que, entretanto, estiveram agendadas por requerimento apresentado pelo Partido Socialista e aprovado nesta Comissão, nomeadamente do Dr. Nogueira Leite, do Dr. Álvaro Nascimento, ou à audição que, entretanto, foi proposta, salvo erro, pelo CDS, do Dr. Armando Vara, e a outras audições que também tinham sido apresentadas pelo PSD.

Há absoluta necessidade de fazermos essas audições, de darmos continuidade a estes trabalhos, porque, na verdade, Sr. Deputado Hugo Soares, os portugueses estão fartos da politiquice que alguns tentam fazer através desta Comissão de Inquérito.

Esta Comissão de Inquérito ainda vai ter a particularidade de se cruzar com outra comissão de inquérito potestativa sobre o mesmo tema, o que também é inédito...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Se fosse sobre o mesmo tema não era preciso, Sr. Deputado, ficava tratado aqui!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sobre Caixa Geral de Depósitos! Vamos falar de Caixa Geral de Depósitos! Não vamos fugir às questões! É a primeira vez!

Apesar de o Sr. Presidente da Comissão ter feito o obséquo de recordar as vezes em que foram interrompidos os trabalhos de outras comissões de inquérito, certamente, em nenhuma delas, quando os trabalhos foram interrompidos, se estava a iniciar outra comissão de inquérito sobre o mesmo tema.

Portanto, do nosso ponto de vista, o mais importante é concluir os trabalhos desta Comissão de Inquérito. Os portugueses querem conhecer as conclusões desta Comissão e só há uma forma de isso acontecer: é cumprir o prazo e o mandato de 180 dias que temos do Plenário, no dia 26 de março.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faço só uma precisão: dei nota das Comissões de Inquérito que foram suspensas enquanto esperavam por documentos e não de todas as comissões, porque todas elas, ao longo do tempo, vão tendo suspensões, quanto mais não seja por causa dos trabalhos do Orçamento ou pelas férias de verão.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Percebemos, percebemos!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, na verdade, sobre este assunto, acho que a Comissão de Inquérito deveria fazer hoje um esforço

para agendar audições, pelo menos aquelas que já estiveram agendadas e que foram desmarcadas.

A realidade é que nas últimas três semanas, grosso modo, a Comissão de Inquérito deixou de fazer audições e passou por um série de episódios que todos conhecemos. Por isso, creio que, neste momento, o que é importante e fulcral para esta Comissão de Inquérito, até para a sua credibilização, é retomar os seus trabalhos regulares com o agendamento de audições.

Tínhamos agendadas as audições do Dr. Nogueira Leite e do Dr. Álvaro Nascimento, que foram desmarcadas. Por isso, creio que, pelo menos essas, deverão ser imediatamente marcadas, obviamente dentro das disponibilidades das pessoas envolvidas.

Depois de realizadas as audições, se o problema da documentação continuar em cima da mesa, poderemos discutir a suspensão, ou não, dos trabalhos da Comissão de Inquérito, ou seja, este requerimento ou outro qualquer.

Mas o sinal importante a dar lá para fora, antes de se discutir qualquer tipo de suspensão, seria o da marcação das audições, nomeadamente as que foram desmarcadas — pelo menos essas. Depois, se o problema se mantiver, então, voltaremos a esta discussão da suspensão ou da não suspensão. Não sei o que será melhor formalmente, mas o que proponho é adiar a votação sobre este requerimento até depois das audições, se assim o entenderem.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só tenho a inscrição do Sr. Deputado Hugo Soares. Não sei se os outros partidos, uma vez que o Sr. Deputado Hugo Soares já apresentou o requerimento, querem pronunciar-se sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, relativamente a esta matéria, também já foram apresentados os argumentos do CDS.

Tinha contactado o Sr. Presidente anteriormente e aproveitei o pedido que fez para poder dar essa explicação aqui. Acho que é importante a Comissão conhecer, do ponto de vista processual, o estado do processo dos recursos que ainda possam estar pendentes nos tribunais. Isto para termos uma informação que acho relevante.

Por outro lado, para além dos argumentos que já foram apresentados na reunião anterior, constatamos que, desde a última reunião até hoje, houve mais duas decisões do Tribunal da Relação favoráveis ao Parlamento sobre pedidos de várias entidades — aliás, penso, de todas as entidades envolvidas no processo.

A única coisa que reitero é que seria muito pouco compreensível que, quando sucessivamente o Tribunal da Relação dá razão ao Parlamento, num pedido feito pelo Parlamento — e só foi possível esse pedido ser feito porque houve uma maioria nesta Comissão que permitiu que tal acontecesse —, fosse o próprio Parlamento a abdicar de direitos que sucessivamente lhe são confirmados.

Não fazemos questão na forma nem no momento da confirmação desses direitos. Mas se o adiamento do requerimento permitir uma melhor ponderação e uma conclusão em tempo útil que nos permita ter acesso aos documentos e aproveitar as decisões do Tribunal da Relação favoráveis ao Parlamento, então, será melhor do que uma decisão precipitada que impeça a Comissão de ter conhecimento desses documentos e de os tratar devidamente.

O Sr. **Presidente**: — Depois, no final desta discussão, darei conhecimento, com mais detalhe, da informação que dei no início deste

ponto, nomeadamente sobre os dois acordos do Tribunal da Relação e do facto de existirem recursos da Caixa Geral de Depósitos, da CMVM e do Banco de Portugal para o Supremo. Sobre a questão que também foi suscitada do Ministério das Finanças, que recorreu dos mesmos acordos, devo dizer que estamos a aguardar.

O Sr. Deputado Paulo Sá tinha pedido a palavra e dou-lha de imediato.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, o requerimento apresentado para suspensão dos trabalhos implicaria o prolongamento desta Comissão de Inquérito e isso, na nossa opinião, não pode ser desligado da constituição da nova Comissão de Inquérito, também sobre a Caixa Geral de Depósitos, que iniciará funções no próximo dia 14 de março.

Isto cria-nos um problema, porque duas comissões a funcionar simultaneamente sobre temas semelhantes, ambas sobre a Caixa Geral de Depósitos, requerem os mesmos recursos humanos, digamos assim, pelo menos por parte do Grupo Parlamentar do PCP.

Esta situação cria problemas aos grupos parlamentares mais pequenos, em particular – e apenas posso falar pelo Grupo Parlamentar do PCP. Ou seja, ter duas comissões de inquérito, ambas sobre a Caixa, mas com objetos distintos, obviamente, que requerem os mesmos recursos humanos do Grupo Parlamentar quer a nível de Deputados, quer a nível de assessores, cria um problema e penso que isso é compreensível para todos os Srs. Deputados.

Portanto, poderíamos admitir, em tese, o prolongamento dos trabalhos desta Comissão de Inquérito se se considerasse justificado e se disso resultasse a possibilidade do melhor apuramento dos factos, mas não podemos desligar esse prolongamento de outra realidade, que é imediata, pois, no dia 14 de março, entra em funcionamento uma nova Comissão de Inquérito.

Portanto, como estava a dizer, poderíamos considerar o prolongamento dos trabalhos desta Comissão se eles não se sobrepusessem aos trabalhos da outra Comissão que aí vem.

Por exemplo, e isto é apenas do ponto de vista teórico, se a outra Comissão de Inquérito, tomando posse os seus Deputados no dia 14 de março e fazendo as reuniões iniciais de designação de relator, de aprovação do regulamento da Comissão, suspendesse os seus trabalhos e funcionasse esta, então, teríamos apenas uma Comissão a funcionar; mas, ter as duas, simultaneamente, cria-nos problemas e eu penso que isso é compreensível para todos os grupos parlamentares.

Assim, perante um requerimento do PSD e do CDS-PP que, na prática, se aprovado, terá como consequência que estes trabalhos irão prolongar-se por um tempo indeterminado, porque a suspensão depende de decisões que não estão na mão da Comissão, nomeadamente decisões dos tribunais, torna-se imprevisível quando é que esta Comissão poderá terminar os seus trabalhos e, se a outra começar a trabalhar, isto cria um problema real.

Então, poderíamos considerar – e não sei qual seria a disponibilidade dos restantes grupos parlamentares – prolongar os trabalhos desta Comissão pelo tempo que fosse considerado necessário, desde que a nova comissão que incide sobre um tema adjacente, digamos assim, mas que requer os mesmos recursos humanos da parte do Grupo Parlamentar do PCP, pudesse, depois de tomar posse e ser formalmente criada, suspender os seus trabalhos até à conclusão desta. Mal esta encerrasse, retomava-se a anterior, fazendo-se sequencialmente, ou seja, não teríamos duas comissões a trabalhar em simultâneo mas, sim, sequencialmente.

Este é um problema que o PCP enfrenta e que estamos aqui a colocá-lo à consideração dos Srs. Deputados e dos diferentes grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço a questão e a forma como a colocou, mas, compreendendo os argumentos logísticos, que são difíceis, é uma questão que não me pode colocar a mim, que sou Presidente desta Comissão e não da outra. Com certeza que esse é um debate que o PCP terá de fazer fora desta sala com os restantes grupos parlamentares.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Evidentemente que não posso colocar ao Sr. Presidente decisões relativas a outra Comissão que ainda nem sequer tomou posse. Mas, obviamente, os grupos parlamentares que aqui estão representados nesta Comissão são os mesmíssimos que estarão na outra e, portanto, não estamos a falar de dois mundos separados, com compartimentos estanques. Estamos a falar dos mesmos grupos parlamentares que estão representados aqui e que estarão representados na outra comissão e, provavelmente, até com os mesmos Deputados.

Portanto, será fácil, se houver essa necessidade, articular-se isto, de forma a garantir que o trabalho das duas Comissões não seja simultâneo mas, sim, sequencial. Havendo vontade nesse sentido, a coisa mais simples seria garantir isso. Portanto, eu coloco a questão nesses termos, mas os outros grupos parlamentares farão a sua reflexão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o que disse foi bem entendido como um apelo a uma reflexão aos outros grupos parlamentares, que terá de ser feita obrigatoriamente, não neste espaço, volto a dizê-lo, mas exteriormente a esta sala. De facto, o apelo foi bem vincado. Ficaram expressas de forma clara para todos os grupos parlamentares nesta sala as dificuldades logísticas que o PCP sente no acompanhamento dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas três apontamentos.

O primeiro para dizer, respondendo diretamente ao Sr. Deputado João Paulo Correia, que o que não há é nenhum português — nem há, certamente, nenhum Deputado — que ache possível os Deputados desta Comissão chegarem a conclusões sem saberem quem são os principais devedores da Caixa Geral de Depósitos.

O que não há, certamente, é nenhum português a perceber que esta Comissão de Inquérito não possa nem consiga saber, porque os senhores não querem, quem é que autorizou os créditos que deram origem às maiores imparidades da Caixa Geral de Depósitos.

Hoje até sabemos que houve um Primeiro-Ministro que disse que pediu à Caixa Geral de Depósitos para financiar um projeto em concreto, que resultou só numa das maiores imparidades da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Essa é uma boa pergunta!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Portanto, Sr. Deputado, não apurarmos...

Protestos de Deputados do PS.

Não fiquem irritados! De cada vez que se fala do Eng.º Sócrates os senhores ficam nervosos, não vale a pena! É que as coisas são o que são!

Protestos de Deputados do PS.

Portanto, não há um português que possa, sequer, conceber que esta Comissão de Inquérito chegue a conclusões sem isso.

E, deixe-me dizer-lhe, relativamente à questão de o banco estar em funcionamento: os devedores da Caixa Geral de Depósitos, quando forem conhecidos publicamente – aliás, alguns até já vieram nos jornais, nós é que continuamos a fazer de conta que não vêm e que não os conhecemos...

Mas, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado João Paulo Correia, os devedores são os mesmos hoje, quando se souber, que eram ontem. De resto, os devedores do BES são hoje os mesmos que eram quando o banco estava a funcionar e quando deixou de funcionar. A transparência dá confiança, não traz transtorno à gestão do banco.

Portanto, para que sejamos muitos claros quando se trata de argumento político, de duas, uma: ou os senhores querem saber quem é que deve à Caixa Geral de Depósitos, por que é que deve e por que é que foram concedidos aqueles empréstimos, ou os senhores não querem. Para querermos, temos de receber a documentação, que, aliás, foi pedida por todos os Deputados e pela Comissão.

Sr. Deputado Paulo Sá e Sr. Deputado Moisés Ferreira, recordo-me, quando apresentámos o requerimento, que dissemos que concordávamos com a hipótese de fazermos as audições que estão marcadas e só depois suspendermos os trabalhos – e esta foi a proposta do Deputado Moisés Ferreira –, uma vez que os grupos parlamentares que as requereram as consideraram urgentes e prioritárias. Portanto, acho isso perfeitamente razoável.

Relativamente à questão das Comissões de Inquérito, uma interrompe, a outra avança, a outra para... Com franqueza, quero dizer-lhe duas coisas: primeiro, não compete a esta Comissão de Inquérito decidir isso, nem esta Comissão de Inquérito pode estar a decidir a metodologia dos seus trabalhos em função de outra comissão de inquérito. Aliás, Sr. Deputado Paulo Sá, não é a primeira vez que funcionam duas comissões de inquérito ao mesmo tempo no Parlamento, nem duas, nem três...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sobre o mesmo tema?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Deputado, não insista no mesmo tema, porque isso leva-me a dizer-lhe outra vez que se fosse o mesmo tema não era preciso. Os senhores é que disseram que não era o mesmo tema, está a ver?...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não é sobre a Caixa?!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Nós tínhamos o problema resolvido.

O Sr. Deputado deixa-me pedir os SMS do Ministro das Finanças para o Dr. António Domingues e eu resolvo a questão. Não, o senhor não deixa...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — É a prenda de anos do Deputado Hugo Soares!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O senhor não deixa e, portanto, não vale a pena dizer que é sobre o mesmo tema! O senhor não deixou!

Portanto, uma forma de resolvermos isso, Sr. Deputado Paulo Sá, era suspendermos os trabalhos à espera da documentação, porque creio que a razão substantiva que deve presidir a essa nossa decisão é a vontade que todos temos de ter acesso a esses documentos. No fundo, acho que nenhum outro argumento pode presidir à nossa votação que não o da necessidade de a Comissão de Inquérito, para prosseguir os trabalhos, ter essa documentação. Creio que isto é claro!

Suspendendo os nossos trabalhos e começando a outra Comissão de Inquérito é até uma forma de os Deputados do PCP, que intervêm nas duas

comissões, poderem participar na outra... Eu até estou aqui a arranjar uma forma de juntar outro argumento para que os Deputados do PCP se sintam confortáveis em votar este requerimento.

Mas também digo, com toda a franqueza, que não tenho problema nenhum em adiar esta votação para momento posterior às audições que se vão fazer, registando aqui, mais uma vez, uma evolução no pensamento, já apresentado publicamente, do Bloco de Esquerda.

Quero, mais uma vez, enaltecer a nova postura do Bloco de Esquerda nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem sido acompanhada pelo PCP hoje. Todos os Srs. Deputados que aqui estão assistiram no último debate quinzenal à Sr.^a Deputada Catarina Martins anunciar *urbi et orbi* que não havia suspensão dos trabalhos e, hoje, o Sr. Deputado Moisés Ferreira já veio dizer coisa diferente.

Portanto, não posso deixar de registar, com muito apreço e, diria outra vez, efusivamente esta evolução de posição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, é sempre agradável ouvir o Sr. Deputado Hugo Soares e tornou-se ainda mais agradável quando o senhor usou a palavra «transparência» algumas vezes, depois do dia de ontem, em que soubemos que houve tudo menos transparência no tratamento fiscal, na ocultação deliberada por parte do ex-Secretário de Estado Paulo Nuncio na publicação da estatística de transferências para *offshore*. ...

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos serenar...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Está a ver como isto gera incómodo!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos serenar para escutar o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — É sempre agradável ouvir o PSD falar de transparência, vê-lo bater no peito a falar de transparência depois do dia de ontem, depois de o País saber que Paulo Núnzio mentiu e que ocultou deliberadamente a estatística das transferências para *offshore* entre 2011 e 2014.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares.

Aliás, o vosso incómodo foi tão notório no Plenário da Assembleia da República que nem os 5 minutos que tinham disponíveis para o debate quiseram usar para defender o anterior Secretário de Estado. Isso foi notório!

Protestos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares.

Em pânico fica sempre o PSD quando se refere que, no dia 30 de junho de 2014, já a Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos e, depois, com a informação da Inspeção-Geral de Finanças, que foi do conhecimento do anterior Ministério das Finanças, tinha detetado imparidades de 4600 milhões de euros.

Este assunto deixa em pânico o PSD, como também o deixam em pânico os factos que têm sido apurados nesta Comissão de Inquérito e que revelam que a capitalização de 2012 foi tratada com insuficiência. Estes são os factos!

Depois também queria recordar o seguinte: como disse há pouco, a nossa posição, defendendo a não interrupção dos trabalhos, foi feita tomada antes de conhecermos a primeira decisão do Tribunal da Relação, antes de conhecer a segunda decisão do Tribunal da Relação de não aceitar a reclamação do Banco de Portugal, da CMVM e da Caixa Geral de Depósitos, e antes de sabermos qual é a decisão do Tribunal da Relação sobre a reclamação do Ministério das Finanças e da decisão do Supremo. Se, de facto, a documentação vier, quanto a nós, não interfere com a decisão da não interrupção dos trabalhos.

Defendemos esta posição independentemente das decisões que têm sido tomadas pelo Tribunal da Relação e daquela que vier a ser tomada pelo Supremo Tribunal de Justiça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que, na verdade, o Bloco de Esquerda sempre defendeu aquilo que vem aqui defender, ou seja, que a Comissão de Inquérito não deveria suspender novamente os seus trabalhos, porque, na verdade, a Comissão já suspendeu duas vezes os seus trabalhos durante o seu período de vida, digamos assim. Entendemos que, depois do momento em que houve a demissão do presidente da Comissão de Inquérito e o adiamento de audições, a Comissão não deveria estar a suspender novamente os seus trabalhos.

Portanto, o que viemos aqui propor — e creio que teve acompanhamento por parte dos vários grupos parlamentares — é que se

reiniciem os trabalhos normais da Comissão de Inquérito, nomeadamente as audições que já estiveram agendadas e que estão por fazer.

Há ainda outra peça fundamental, que são as perguntas por escrito ao Dr. Vítor Constâncio e ao Dr. Vítor Gaspar que, creio, já foram entregues, mas, se houver grupos parlamentares que necessitem de mais tempo para entregar questões ou para as aprofundar, etc., em nome de regular funcionamento desta Comissão de Inquérito, o Bloco de Esquerda está aberto a prorrogar o prazo.

Não sei se se confirma essa posição, mas a informação que temos é a de que terão sido entregues perguntas por parte do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista e do Partido Comunista Português. Não sei se isto quer dizer que outros grupos parlamentares, nomeadamente PSD e CDS, necessitam de mais tempo, mas, da parte do Bloco de Esquerda, estamos totalmente disponíveis para prorrogar esse prazo para o regular funcionamento da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Vou tentar sintetizar o debate e as propostas que foram feitas.

Penso que foi clara para todos a vontade de se fazerem as marcações que fazem parte do segundo ponto da ordem de trabalhos nas próximas reuniões, tendo havido uma proposta no sentido de, no final destas audições, se voltar a analisar a possibilidade da suspensão dos trabalhos. O Sr. Deputado Hugo Soares deu nota disso na sua intervenção e estou a tentar fazer a síntese para não reabrirmos mais debates e podermos ir avançando.

Dava nota também — embora não tenha de o fazer, faço-o — de que dei instruções aos serviços para enviarem aquelas perguntas a que já estava a ser dada resposta. Entretanto, chegaram as do PSD, mas não sei se as do CDS já chegaram também. No final, assim que for possível, todos os grupos

parlamentares terão conhecimento delas e a Comissão irá proceder ao envio das mesmas para o Dr. Vítor Constâncio e o Dr. Vítor Gaspar.

Se esta minha síntese merece a vossa concordância, vamos avançar.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, pode recordar quais são as audições que estão pendentes?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ia fazê-lo exatamente no segundo ponto, que é o que diz respeito à calendarização dos trabalhos, onde se incluem as audições.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, concordo com a síntese que fez, mas gostaria de acrescentar apenas um ponto relativamente a uma questão que já tinha sido levantada pelo Sr. Presidente e depois, também, pelo Sr. Deputado Hugo Soares.

Sabemos, obviamente, que esta Comissão de Inquérito só toma decisões sobre os seus próprios trabalhos, não sobre os outros trabalhos, mas, tendo nós manifestado a disponibilidade para considerar o prolongamento dos trabalhos desta Comissão e a preocupação com o funcionamento simultâneo de duas comissões de inquérito sobre temas semelhantes, gostaria que pudesse ser considerada pelo conjunto dos grupos parlamentares, já não

no âmbito desta Comissão, mas, provavelmente, no âmbito da direção dos grupos parlamentares, essa possibilidade de haver um funcionamento sucessivo das comissões e não em paralelo.

Garantindo-se esse funcionamento sucessivo, teríamos toda a abertura para considerar o prolongamento dos trabalhos desta Comissão, interrompendo-os agora e recomeçando-os quando fosse necessário, mas tendo em conta estes constrangimentos que resultam daquilo que já expus e que não repito.

Não podemos, nós, tomar decisões aqui, mas os grupos parlamentares podem, com certeza, ponderar estas situações e, em função disso, tomar as suas decisões, que podem ser em qualquer sentido. Apenas me limitei a transmitir aqui, de uma forma séria, as limitações que se colocam ao Grupo Parlamentar do PCP, pela sua dimensão, em ter duas comissões em funcionamento ao mesmo tempo, com temas que exigem os mesmos recursos humanos.

Os grupos parlamentares, tendo conhecimento desta matéria, decidirão em função disso e depois, quando retomarmos esta discussão do requerimento mais adiante, como o Sr. Presidente disse, após a realização das audições, espero que esta questão possa ser tomada em consideração e ser um elemento de ponderação na decisão que vai ser tomada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, procurei, exatamente, dar boa nota desse apelo, na minha intervenção anterior, e ficou registado agora.

Esse é um trabalho que os grupos parlamentares farão, a partir deste momento. Acho que o Sr. Deputado foi claro: o Grupo Parlamentar do PCP tem um problema de recursos humanos quando os temas das duas comissões são semelhantes. Não se trata tanto de serem ambas sobre a Caixa, porque se fosse uma da Caixa e outra do BANIF tinha o mesmo problema, se fosse

uma da Caixa e outra do BES tinha o mesmo problema, se fosse uma da Caixa e outra do BPI teria exatamente o mesmo problema.

Ao fim e ao cabo, o que o Sr. Deputado está a dizer é que terão de ser o Sr. Deputado Paulo Sá e o Sr. Deputado Miguel Tiago e a assessoria a lidar com estes assuntos. Isso foi perceptível e compreensível para todos, incluindo para mim.

Volto a dizer que acho que esta é uma excelente oportunidade para, no final desta reunião, os Srs. Coordenadores ou os Srs. Líderes Parlamentares dos diferentes partidos se articularem da melhor forma, para podermos otimizar e rentabilizar da melhor forma os recursos humanos do Partido Comunista Português.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não é exatamente assim!

O Sr. **Presidente**: — Damos, então, por encerrado o primeiro ponto e passamos ao segundo ponto, referente à calendarização.

Dou nota das duas audições que estão pendentes, que já foram referidas aqui, que vêm de trás e já estiveram marcadas: as do Dr. Nogueira Leite e do Dr. Nascimento. Temos também os requerimentos potestativos do CDS, relativamente à audição do Dr. Armando Vara, e do PSD, relativamente à do Dr. Centeno.

Dou nota ainda de que, no que diz respeito aos agendamentos potestativos, o PSD ainda tem direito a sete pedidos e o CDS a um.

Este é o ponto de situação. Por isso, o que proporia seria, de facto, que tentássemos marcá-los para a semana.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Nós também temos direito a pedidos!

O Sr. **Presidente**: — Estou a falar dos agendamentos potestativos. O Partido Socialista e os restantes partidos também têm aqueles que estão previstos.

A minha intenção era exactamente a de tentar fazer, pelo menos, duas audições para a semana.

Sr. Deputado João Paulo Correia, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Era só para dar conta de que a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa já tem audições marcadas, não relacionadas, obviamente, com estas.

Para não haver sobreposição das audições, porque as da referida Comissão estão marcadas para terça-feira à tarde e quarta-feira de manhã, o desejável seria que as duas audições fossem na quarta-feira e na quinta-feira ao final da tarde.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Sá, como pode ver, não há problemas de recursos humanos só nos partidos pequenos, também há nos grandes, quando os Deputados tocam nos mesmos temas.

Sr. Deputado João Paulo Correia, estava a pensar exactamente nesses dois dias, mas o que é preciso, de facto, é que consigamos que o Dr. Nogueira Leite e o Dr. Nascimento estejam disponíveis. Faremos esses esforços para manter uma ordem cronológica relativamente às audições pendentes.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Pode ser na sexta-feira à tarde, também.

O Sr. **Presidente**: — Vamos tentar fazer o nosso melhor para conciliar as realidades e as sobreposições das demais comissões, de forma a potenciar o trabalho dos Deputados desta Comissão.

Outros assuntos que tínhamos a tratar nesta reunião já foram largamente citados, tinham a ver com a questão dos acórdãos e dos recursos. Queria só dar nota de que ainda não há recurso das Finanças para o Supremo Tribunal de Justiça, só reclamação pedindo as nulidades ao próprio Tribunal da Relação, mas a Caixa Geral de Depósitos, a CMVM e o Banco de Portugal já fizeram o recurso para o Supremo.

Estamos clarificados? Pedia, então, aos Coordenadores e ao Sr. Vice-Presidente que ficassem na sala e também que o PSD designasse alguém para ficar, a fim de prosseguirmos com a reunião de Mesa e Coordenadores.

Agradeço a todos pela forma como correram os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 34 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.